



Reflexões Sobre a Urbanização do Rural e as Contradições Impostas Pela Modernização do Campo

Wagner Muniz*

Daniel Delfino Souza**

* Graduado em Economia - Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Mestre em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PPGDT) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Email: munizww@yahoo.com.br

** Graduado em Economia - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Mestrando em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PPGDT) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Email: danieldelfi@gmail.com

Para atender o modelo de industrialização brasileiro, o setor agropecuário foi transformado em uma estatal capitalista integrada aos projetos de comercialização, para que seu processo produtivo, dado de modo técnico e mecanizado, aumentasse a quantidade de insumos produzidos e compusesse as variáveis macroeconômicas. Com isso, as atividades agropecuárias tornaram-se alvo de políticas específicas que promoveram sua industrialização e, juntamente com o processo de urbanização, implicaram externalidades negativas ao espaço rural. Assim, partindo-se de levantamento bibliográfico, bem como da análise de dados secundários, este artigo visa demonstrar de que maneira a industrialização e a urbanização do campo, promovidas pelas políticas públicas adotadas entre as décadas de 1960 a 1970, geraram externalidades negativas de cunho urbano, agora, inerentes ao espaço rural.

Palavras-chave: Desenvolvimento rural. Políticas públicas. Industrialização rural. Urbanização rural.

To attend the Brazilian model of industrialization, the agricultural sector was transformed into an integrated capitalist state to the commercialization in order to its productive process to increase the quantity of produced inputs utilizing the technical and mechanized mode and the composition of the macroeconomic variables. Therefore, the farming activities became target of specific policies that promoted the industrialization and together the urbanization process that resulted in negative externalities in remains rural spaces. Thus, using bibliographic sources and secondary data analysis this article aims to demonstrate how the industrialization process and the rural areas urbanization promoted by policies adopted between the decades of 1960 and 1970 created negative externalities occurred inside the urban space but now inherent in the country areas.

Keywords: rural development, policies, rural industrialization, rural urbanization

Para atender el modelo de industrialización brasileño, el sector agropecuario fue transformado en una estatal capitalista integrada a los proyectos de comercialización, para que su proceso productivo, dado de modo técnico y mecanizado, aumentara la cantidad de insumos producidos y compuso las variables macroeconómicas. Con ello, las actividades agropecuarias se convirtieron en blanco de políticas específicas que promovieron su industrialización y, junto con el proceso de urbanización, implicaron externalidades negativas al espacio rural. Así, partiendo de levantamiento bibliográfico, así como del análisis de datos secundarios, este artículo pretende demostrar de qué manera la industrialización y la urbanización del espacio rural, promovidas por las políticas públicas adoptadas entre las décadas de 1960 a 1970, generaron externalidades negativas de carácter urbano, ahora, inherentes al campo.

Palabras clave: Desarrollo rural. Políticas públicas. Industrialización rural. Urbanización rural.

INTRODUÇÃO

A partir da década de 1930, iniciou-se o processo de industrialização brasileiro sob a vigência de um ideário político, por meio do qual se acreditava em que o crescimento e o desenvolvimento do país seriam alcançados com a industrialização e com a urbanização. Ao observar o desenrolar dessas relações no território nacional, coube ao Brasil o papel de exportador de produtos primários na divisão internacional do trabalho.

Enquanto outras nações mudaram sua pauta de exportações, o país, até início da década de 1930, ainda se concentrava, principalmente, na produção de café, fumo, charque e outros insumos agrícolas e o setor manufatureiro dependente de capitais externos. Todavia, a mudança no ideário político surgiu para colocar um fim à ideia de atraso, e a industrialização foi a alternativa adotada para promover o progresso da nação.

Diante disso, foi adotado o PSI (Processo de Substituição das Importações), e, posteriormente, medidas que possibilitaram a inserção do Brasil no cenário econômico internacional, de modo que a industrialização do setor agropecuário foi um catalisador para esse processo. Com isso, as medidas adotadas na época impulsionaram as atividades não agrícolas no campo em um processo denominado de urbanização do meio rural (KAGEYAMA, 2004).

Desse modo, o presente trabalho trata de uma análise teórica com discussão aprofundada, à luz de levantamento bibliográfico e de dados secundários, sobre o processo de modernização do setor agropecuário ocorrido, inicial e intensamente, entre as décadas de 1960-1970, o qual gerou externalidades negativas, identificadas como questões pertinentes ao meio urbano. Inicialmente, pretende-se realizar breve panorama histórico da economia brasileira e do modelo industrial adotado. Em seguida, serão analisadas as principais medidas políticas instauradas pelos planos econômicos,

e como esses contribuíram para a modernização do setor agropecuário. Por fim, será feito apontamento das principais externalidades negativas originadas pelo processo de industrialização e de urbanização do meio rural, para que, posteriormente, sejam apresentadas as considerações finais.

INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA ENTRE AS DÉCADAS DE 1960-1970: PANORAMA HISTÓRICO

O processo de industrialização no Brasil ocorreu em um cenário internacional marcado pelas duas Grandes Guerras, que permitiram o surgimento dos EUA como economia líder mundial, e o *Crash* da Bolsa de Nova Iorque em 1929. Após esses acontecimentos, uma nova conjuntura foi posta para a economia brasileira, a qual modificou o centro dinâmico das políticas de investimentos e procedeu um novo padrão de acumulação de capital favorável à indústria. Na década de 1930, foi adotado pelo governo brasileiro o PSI, que visava à substituição progressiva daquilo que era importado, para atender às economias líderes. De acordo com CAIADO (2002):

Houve elevada expansão industrial em todo o período pós 1933 [...]. As medidas de política econômica adotadas pelo governo, já a partir da década de 1930, foram fundamentais para o rápido crescimento industrial. Para isso foi decisivo um conjunto de condições, entre as quais se destacam as políticas de apoio à substituição de importações e os investimentos estatais tanto em infraestrutura de energia e de transportes como na produção de bens intermediários (CAIADO, 2002, p. 06).

Entretanto, foi a partir do Plano de Metas, implantado no governo JK (1956-1960), que a industrialização passou por transformações estruturais caracterizadas pela introdução de novos setores, articulada diretamente pelo Estado e considerada

conservadora. A expansão industrial acelerou a implantação do setor de bens de consumo duráveis e da indústria pesada, delineou um amplo processo de industrialização, e o padrão de acumulação instaurado demarcou uma nova fase na economia brasileira (CAIADO, 2002).

Nesse contexto, foram também instaladas as indústrias automobilísticas, de construção naval, de material elétrico pesado, de máquinas e de equipamentos, o que possibilitou apreciável expansão das indústrias produtoras de consumo duráveis e de capital, os quais lideraram o crescimento durante esse período. Ao mesmo tempo, as indústrias produtoras de bens intermediários expandiram-se, assim como as de siderurgia, de papel e celulose, de materiais não ferrosos, de química pesada e de petróleo (CAIADO, 2002). Contudo, o PSI foi exaurindo-se, e a economia entrou em estagnação, a qual:

Agravada pelo processo inflacionário crescente que acompanhou o esforço de industrialização, pelo sentido desta industrialização (voltado para técnicas intensivas de capital e baixos índices de absorção de mão de obra), pelo aumento vertiginoso do setor público na economia e pela relativa estagnação do setor agrícola no país, do ponto de vista da produtividade (KON, 1994, p. 52).

Segundo os estudos de Kon (1994), foi publicado, em 1963, o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, que objetivava recuperar o ritmo de crescimento econômico observado no período anterior. Porém, a intenção em conciliar o tripé: crescimento, repartição e estabilidade foi conflitante, e as medidas colocadas em prática levaram o plano ao fracasso. Já em 1964, o Regime Militar implantou o PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo), com ações voltadas ao período de 1964-1966, as quais eram um conjunto de reformas econômicas¹ que permitiram a retomada do

crescimento econômico ao contornar, temporariamente, os problemas de financiamento público. O Programa tinha como metas:

Combater o processo inflacionário, além de acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico do país, atenuar os desníveis econômicos setoriais e regionais, assegurar uma política de investimentos que aumentasse as oportunidades de emprego produtivo e corrigir a tendência de déficits do balanço de pagamentos (KON, 1994, p. 52).

Após o PAEG, a economia brasileira adquiriu novos saldos de crescimento, que foram possíveis graças ao ciclo expansivo decorrente das reformas econômicas, das políticas fiscais e monetárias mais flexíveis adotadas pelo segundo governo militar e das condições favoráveis do quadro internacional. Assim, instituiu-se o Programa Estratégico de Desenvolvimento para o período de 1968-1970, que focalizava no fortalecimento da empresa privada “[...] visando à aceleração do desenvolvimento econômico, concomitantemente à estabilização gradativa do comportamento dos preços, consolidação da infraestrutura pelo governo, expansão das oportunidades de emprego, fortalecimento e ampliação do mercado interno” (KON, 1994, p. 05).

Em 1971, foi implantado o I Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico (I PND) para o período de 1972-1977, o qual assinalava: o manutenção do nível global do PIB, o combate à inflação, o equilíbrio da balança de pagamentos e a melhor repartição de renda. Com isso, entre 1971-1973, o desempenho do setor de bens de capital ocorreu por meio da alta taxa de acumulação da indústria automobilística, da implantação dos programas estatais siderúrgicos, bem como das telecomunicações, dos combustíveis e da petroquímica. Também foi importante a modernização

criação dos fundos parafiscais: FGTS, PIS e PASEP, criação do BNH (1965), reestruturação dos preços e tarifas dos serviços industriais de utilidade pública, instituição da correção monetária e das ORTNs, alteração da Lei de remessa de lucros, novo sistema de incentivo às exportações e instituição do Sistema Nacional de Crédito Rural (CAIADO, 2002).

1 As principais medidas implementadas foram: lei do mercado de capitais - Lei das S/As (1965), reforma tributária (1966), reforma do Sistema Financeiro (1966),

e a expansão de algumas indústrias de bens de consumo não duráveis, sobretudo: têxtil, editorial, gráfica e químico-farmacêutica.

Na década de 1970, a crise internacional agravada com o primeiro Choque do Petróleo (1973) e as dificuldades em conseguir empréstimos internacionais colocaram o Brasil em um quadro de recessão. O aumento dos preços internacionais do petróleo “teve como consequência uma crise internacional e reajustes nas economias mundiais, gerando uma série de novos condicionantes à política econômica que vinha sendo implantada no país” (KON, 1994, p.06). Então, em 1975 iniciou-se uma nova desaceleração econômica com queda da taxa de crescimento do produto.

O governo optou por dar prosseguimento à industrialização através de novo programa de investimentos, apesar da fragilidade da balança comercial e da inflação. Por acreditar que a crise internacional provocada pelo primeiro Choque do Petróleo não interromperia o fluxo de investimentos externos e avaliando que a fragilidade estrutural da economia brasileira estava na reduzida dimensão da indústria de bens de produção, o governo planejou novo bloco de investimentos para substituir importações, reduzir as principais pressões sobre o balanço de pagamentos e possibilitar a continuação do alto crescimento econômico. (CAIADO, 2002, p. 12).

Entre 1975 a 1979 foi executado o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) que visava instituir um novo padrão de industrialização, com dinâmica econômica centrada na indústria de base e consequentes redefinições da infraestrutura de suporte e do processo da integração nacional. O setor agropecuário também ocupava posição relevante no II PND, e as políticas do plano voltadas ao setor priorizavam elevar sua produção, reduzir preços dos alimentos e concretizar a capacidade do país como supridor mundial de alimentos, matérias primas agrícolas e produtos

agrícolas industrializados (CAIADO, 2002):

Assim, complementar aos programas de colonização e de exploração econômica do Norte e Centro-Oeste estabelecidos no âmbito do PIN (Programa de Integração Nacional) e Proterra (Provale e Prodoeste), implementados no I PND, foram agregados: Programa de Pólos Agropecuários e Agroindustriais da Amazônia (Polamazônia); Programa de Áreas Integradas do Nordeste (Polonordeste); Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal; Programa Especial de Desenvolvimento da Região Geoeconômica de Brasília; Programa do Trópico Semi-Árido; Programa do Trópico Úmido, Programa dos Cerrados; etc. (CAIADO, 2002, p. 15).

Ainda em consonância com Caiado (2002), a proposta de ocupação do território nacional pelo governo militar foi efetivada no início dos anos 1970 e operacionalizada com o discurso da integração nacional via colonização do Centro-Oeste e da Amazônia, de modo que “[...] foi, na verdade, grande instrumento de acomodação de pressões sociais, escamoteando a necessidade de uma reforma agrária no país” (CAIADO, 2002, p. 16). Entretanto, a expansão da produção agrícola ocorreu destinada à grande propriedade capitalista com modernização acelerada, propiciada pelo crédito institucional subsidiado.

Além disso, os efeitos das políticas de incentivo ao desenvolvimento regional, que promoveram os investimentos em indústrias leves e de insumos, a expansão da fronteira agrícola, junto aos projetos de grande pujança (hidrelétricas, não ferrosos, siderúrgicas, químicos, petroquímicos etc.), aceleraram o crescimento econômico e promoveram notável desconcentração produtiva regional. Isso permitiu que muitos investimentos e operações do II PND fossem estendidos, contribuindo para ampliar seus efeitos dinâmicos até a primeira metade dos anos 1980 (CANO, 2008).

Após a década de 1970, a agricultura brasileira sofreu fortes mudanças impulsionadas pela acelerada urbanização, pelos incentivos governamentais à exportação e pela criação do PROÁLCOOL. Houve, ainda, a ampliação do trabalho assalariado, as mudanças estruturais na produtividade trabalhista e do rendimento da terra, consolidando novo padrão de dinâmica na agricultura. Como informado por Caiado (2002), o setor mais dinâmico foi o de grãos, de modo que a soja passou a ser a principal *commodity* agro exportável, representando 18% da produção nacional de grãos em 1970.

Dessa maneira, após o breve panorama histórico do processo de industrialização brasileiro, bem como das principais políticas adotadas no período entre 1960-1970, serão analisadas, na seguinte seção, as principais políticas e os determinantes que contribuíram para a modernização do campo, tornando o setor agropecuário um grande propulsor para o crescimento econômico do país.

A MODERNIZAÇÃO DO AGRO BRASILEIRO: PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

Conforme se mencionou anteriormente, o setor agropecuário foi utilizado como um instrumento para promover o crescimento econômico do país. Também foi utilizado como uma ferramenta para compor a balança comercial e as variáveis macroeconômicas da época, a fim de se integrar o território nacional. Com esse intuito, em novembro de 1964 foi criado o Estatuto da Terra, e foram adotadas medidas favoráveis para uma mudança fundiária conservadora no plano da ação econômica. Porém, a falta de sustentação política causou a supressão das intenções de mudanças na estrutura agrária (DELGADO, 2005).

[...] Em vez de reformar o latifúndio, era necessário implementar uma política de modernização

da agricultura brasileira com o objetivo de transformá-lo numa grande empresa capitalista. Com a hegemonia política dessa visão sobre a agricultura no governo da ditadura militar foi iniciada, no final da década de 1960, a política estatal que promoveria a chamada modernização conservadora da agricultura brasileira na década de 1970 (DELGADO, 2005, p. 09).

Ainda com base em Delgado (2005), percebeu-se que a modernização agrícola ocorreu advinda de uma política estatal voltada para o crédito rural subsidiado, além da elevada participação do crédito rural na renda agrícola amparada pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), criado em 1965. Sobre isso, o autor afirma que:

[...] A fartura do crédito agrícola esteve associada às mudanças institucionais realizadas pelo governo (criação do BC e reforma do sistema financeiro nacional e principalmente pela conjuntura mundial favorável, marcada pela grande disponibilidade de recursos financeiros). Foi um período de grande crescimento do comércio internacional com melhora significativa dos termos de troca para a economia brasileira e com melhoria dos preços agrícolas para exportação (DELGADO, 2005, p. 09).

Caiado (2002), por sua vez, observou que, após 1965, as novas políticas de crédito rural e de incentivo às exportações agroindustriais causaram transformações estruturais no campo e aumentaram a concentração da propriedade e do êxodo rural. Com isso, as pressões sociais surgintes e a necessidade de mudança da nova realidade no meio rural foram acomodadas, tanto pela migração quanto pela expansão da fronteira agrícola. Alguns programas também foram implementados, como a implantação de polos irrigados no Nordeste e o PIN-PROTERRA. Este, por sua vez, instrumentalizou o discurso de integração nacional através da colonização do Centro-Oeste e da Amazônia.

O estímulo dado às exportações de *commodities*

agrícolas contribuiu para a expansão da produção de soja no país e para o crédito subsidiado. O estímulo contribuiu para que a produção se concentrasse no eixo Sul-Sudeste e ampliada, posteriormente, para a região Centro-Oeste. O mesmo ocorreu com os investimentos do setor agropecuário, que também ficaram concentrados nessas regiões e privilegiaram os grandes produtores. E para as outras regiões brasileiras coube receber os financiamentos e projetos de desenvolvimento rural levados à América Latina pelo Banco Mundial (BM).

Outro fator importante para a modernização do campo está relacionado ao processo de internacionalização que foi liderado pelas multinacionais. Beneficiado pela favorável conjuntura internacional a *industrialização da agricultura* ou a *revolução verde* alterou a base técnica do setor agrícola, junto à indústria de insumos e de bens de capital do setor, mais as indústrias de processamento desses bens, culminando na formação dos complexos industriais e, conseqüentemente, na industrialização da agricultura (PALMEIRA, 1999).

Ainda se analisa que para os “[...] atores governamentais e empresariais, rural era sinônimo de agrícola e desenvolvimento agrícola, por sua vez, era identificado com modernização da agricultura” (DELGADO, 2005, p. 10). Todavia, como a agricultura brasileira foi conduzida pela e para a indústria, deve-se considerar que o desenvolvimento das forças produtivas, a ampliação da divisão do trabalho e a globalização industrial estabeleceram os meios de comunicação. Assim, o mercado mundial moderno, que compõe a rápida circulação e a centralização dos capitais, fez com que a agricultura perdesse sua capacidade de produzir empregos e ocupações (FERREIRA, 2002).

Nessa perspectiva, observou-se que o setor agropecuário foi utilizado como um setor estratégico para o crescimento industrial brasileiro, e, com ele, o crescimento econômico desejado na época. Todavia,

esse processo implicou também outros percalços ao setor agropecuário:

- a) a adoção do crédito rural subsidiado que não permitiu a criação de uma política eficiente de preços;
- b) a concentração de recursos no eixo Sul-Sudeste/ Centro-Oeste e, conseqüentemente, nas mãos dos grandes produtores permitindo que as inovações e os investimentos também ficassem concentrados, contribuindo para as diferenças da desigualdade de renda e da subordinação dos pequenos produtores aos grandes;
- c) o surgimento das multinacionais no setor que acarretou na adoção de um sistema empresarial que passou a determinar o quanto e como produzir;
- d) a transformação da agricultura brasileira em uma grande indústria capitalista, com a produção de *commodities* agrícolas voltada para a exportação, tornando-se dependente dos fatores mercadológicos internacionais.

Além disso, juntamente com o processo de modernização do campo, ocorreu o fenômeno denominado de urbanização do espaço rural o qual causou externalidades negativas. Contudo, tais externalidades são estritamente identificadas nos espaços urbanos, mas são inerentes do rural, situação essa que será melhor analisada a seguir.

CONTRADIÇÕES URBANAS NOS ESPAÇOS RURAIS: COMO AS MUDANÇAS NO CAMPO IMPACTARAM A TRANSFORMAÇÃO DOS SEUS ESPAÇOS URBANOS

Como analisado anteriormente, as políticas adotadas para o meio rural expressaram-se na implantação de um modelo produtivista de modernização agrícola, que adotou um sistema intensivo de produção integrado à economia de mercado, deixando o pequeno produtor vulnerável frente às transações econômicas. De modo

geral, as ações tomadas entre as décadas de 1960-1970 contribuíram, significativamente, para a industrialização e o desenvolvimento do setor agropecuário, causando o surgimento de percalços no meio rural, os quais se estenderam até os dias atuais. Assim, Hespanhol (2013) analisou essa situação da seguinte maneira:

No Brasil, esse processo de modernização e de tecnicização também ampliou a subordinação da agricultura – aprendida pelo Estado, até o início dos anos 1980, apenas como um setor econômico - favorecendo os interesses dos capitais urbano-industriais, ao mesmo tempo em que excluiu um grande número de pequenos produtores e trabalhadores rurais, aumentando a concentração fundiária, os problemas ambientais etc. (HESPANHOL, 2013, p. 105)

Inicialmente, observar-se a tendência do aumento da urbanização no Brasil, causado principalmente pela expansão do parque industrial do Sudeste. De acordo com o IBGE (2000), o grau de urbanização passou de 75,59%, em 1991, para 81,23%, em 2000. Com isso, observa-se que “esse incremento foi basicamente em consequência de três fatores: do próprio crescimento vegetativo nas áreas urbanas; da migração com destino urbano; e da incorporação de áreas que em censos anteriores eram classificadas como rurais” (IBGE, 2000, p. 26).

De acordo com Wanderley (2000), o processo de modernização da agricultura brasileira fez com que se reforçasse a dependência da produção agrícola aos insumos industriais. A autora também analisou que as sociedades rurais tradicionais sofreram intenso processo de transformação, uma vez que perderam a relativa autonomia que tinham e se integraram econômica, social e culturalmente à sociedade urbana.

Analisa-se também que as transformações de ordem econômica afetaram profundamente a forma de produzir do campesinato tradicional “[...] e que se traduziram, especialmente, pela progressiva

modernização do processo de produção na agricultura, uma maior integração deste setor aos mercados, inclusive e, sobretudo os mercados não locais” (WANDERLEY, 2000, p. 93).

Pelo fato de o desenvolvimento industrial ter-se concentrado nos espaços urbanos fez com que se reafirmasse a estrita identificação da atividade agrícola ao meio rural, de tal maneira que o campo, associado ao modo natural de vida, de tranquilidade e de virtudes inocentes, se tornou sinônimo de local atrasado, isento de tecnologia e de modernidade. De modo que a cidade adquiriu assimilações de modernidade (WILLIANS, 1988, p. 11, *apud* GAFFO, 2012). Assim:

É necessário considerar que o desenvolvimento tecnológico [...] ao propiciar a menor dependência do homem em relação às condições naturais, acentuou as diferenças entre campo e cidade, já que o primeiro, em virtude da sua maior proximidade com a natureza e menor incorporação tecnológica, passou a ser visto como arcaico e atrasado; enquanto que o segundo, pela maior presença do ambiente construído, artificializado e da utilização mais intensa da tecnologia, passou a ser apreendido como o lugar do moderno e do progresso (HESPANHOL, 2013, p. 107).

Por outro lado, as interações existentes entre o espaço rural e a influência da cultura urbana se intensificaram, afetando o modo de vida tradicional da população rural, que passou a buscar novas tecnologias e o conforto produzido pelos itens da indústria disponibilizados na cidade. Mais ainda, o meio rural absorveu as inovações tecnológicas e científicas da produção oferecidas e repassadas pelos centros urbanos, via rede de serviços e infraestrutura. O campo, agora modernizado, necessita continuar desenvolvendo suas atividades modernas e se torna dependente das atividades urbanas. Fato demonstrativo dessa situação é que a população residente no espaço rural:

[...] Incorporou hábitos urbanos em decorrência

da expansão da infraestrutura, da maior fluidez propiciada pela melhoria das vias e dos meios de transporte e do intenso fluxo de informações veiculadas pelas mídias, principalmente pela televisão. Assim, como parte da população rural que migrou para as cidades também procura manter o seu modo de vida, por meio do cultivo de hortas e da criação de pequenos animais nos quintais, bem como pelas manifestações culturais e religiosas (HESPANHOL, 2013, p. 109).

Cabe ressaltar que a indústria também se instala fora da cidade, próxima aos recursos que necessita: fontes de energia, matéria-prima, mão de obra, e principalmente, terra. Como a terra é considerada mercadoria, ou seja, tem um preço, a segregação e a marginalização foram postas graças à falta de recursos para adquirir uma parte dessa terra por grande parte da sociedade, seja ela urbana, mas, principalmente, a sociedade rural.

A cidade em expansão prolifera e com seus subúrbios invade o campo [...]. O espaço rural estaria cada vez mais envolvido pelo tecido urbano que, além das cidades, é constituído pelos espaços construídos para a circulação das mercadorias e das pessoas [...]. Neste contexto, o solo aparece convertido em mercadoria, o espaço se vende e se compra [...] (MARQUES, 2002, p. 12).

Conforme Palmeira (1999) observa, as políticas voltadas às construções de grandes obras públicas: hidrelétricas, represas, barragens, rodovias e outros empreendimentos, além de contribuir para os impactos ambientais, é um dos fatores que “provocaram o deslocamento forçado de milhares de famílias, a desativação de toda uma gama de atividades econômicas e alterações significativas na organização social das populações atingidas” (PALMEIRA, 1999, p. 98).

Nesse sentido, Marques (2002) analisou que a cidade tradicional foi destruída pela industrialização e que houve aumento da população urbana mundial. Os

deslocamentos populacionais no campo ora o preenche, ora o esvazia de seus habitantes tradicionais. Apesar da ocorrência do aumento da oferta de emprego no campo, nota-se também que as contratações são instáveis² e mal remuneradas, outro fator que contribuiu para o êxodo rural e para o inchaço de outros municípios.

Desse modo, de acordo com as pesquisas de Palmeira (1999), observa-se que:

[...] Provavelmente, esses deslocamentos de população têm acompanhado diferentes tipos de crises no setor agropecuário e os movimentos, nem sempre regulares, de crescimento das atividades econômicas nas cidades que, conjugados ou não àqueles, exercem alguma *atração* sobre determinados segmentos da população rural. O que há de novo no êxodo rural das décadas mais recentes é que, embutido nele, está a expulsão sistemática de trabalhadores rurais de diferentes categorias do interior dos grandes domínios. [...] Se, no passado, o trabalhador expulso encontrava casa e trabalho em condições semelhantes numa outra propriedade, ou mesmo, num momento seguinte, reconstituía a primeira relação, na expulsão recente a saída da propriedade é definitiva e sem substituição ou, dito de uma outra maneira, é o mesmo tipo de contrato tradicional que é liquidado. (PALMEIRA, 1999, p. 89).

Por meio dos deslocamentos populacionais, ocorreu a reconfiguração dos espaços urbanos. Esses, então, passaram pelo crescimento de sua população, o qual ocorreu de modo desordenado, com alteração do perfil demográfico e formação de periferias. Essas, por sua vez, antes estavam restritas às grandes cidades, ocorrendo posteriormente em cidades médias e pequenas, de modo que se tornaram presentes em quase todo território nacional até os dias atuais (HESPANHOL, 2013). Mais ainda:

² Para Balsan: “Uma das consequências mais significativas da introdução de formas capitalistas de produção no campo tem sido a multiplicação do trabalho temporário e a dependência maior de formas esporádicas de trabalho entre categorias sociais como boias-frias e familiares não remunerados” (BALSAN, 2006, p. 137).

Como consequência desses processos de expansão urbana, do maior desenvolvimento dos meios de transporte e de comunicações e da maior incorporação da ciência, da tecnologia e da informação em parte do setor agropecuário nacional, o espaço rural tendeu a apresentar maior complexidade e heterogeneidade em termos da sua organização socioeconômica, das relações sociais e, sobretudo, dos agentes/sujeitos que o compõem (HESPANHOL, 2013, p. 105).

Assim, Golgher & Marques (2006) se atentaram para o fato que o êxodo rural implica custos econômicos e sociais, bem como pobreza e vulnerabilidade exercem efeitos sobre os processos migratórios, pois podem incentivá-los quando o habitante rural requer rendimentos, ou pode minguar a migração devido aos custos para o deslocamento.

Tendo em vista que grandes obras nos espaços rurais podem provocar a valorização de terras próximas, agravando os problemas de acesso à terra e a especulação fundiária, e que a transformação da terra em mercadoria permitiu que a especulação imobiliária fortalecesse a inviabilidade de surgir pequenas propriedades, observa-se que tudo isso levou “[...] a desvinculação do trabalhador de suas condições de produção tradicionais, ao mesmo tempo em que impede sua reprodução social como agregado, morador ou colono” (PALMEIRA, 1999, p. 92).

Ainda deve ser analisado que, nas áreas rurais próximas aos centros urbanos, a parcela da população com maior poder aquisitivo adquire e ocupa espaços para realização de atividades não relacionadas à produção agropecuária, como turismo rural, espaços de lazer e descanso e moradias secundárias. Esse fato tende a encarecer o preço da terra e também dificulta seu acesso pelos produtores rurais (HESPANHOL, 2013).

Outro ponto a ser observado se refere à troca de relações entre urbano e rural. Ela gerou a necessidade

em assistir o campo com infraestrutura e serviços sociais básicos para atender seus habitantes tradicionais, quais foram: estradas, transportes, serviços de água e esgoto, habitação, energia elétrica, comunicação, educação, saúde etc. Enfim, os serviços considerados básicos que estavam restritos às cidades, nos dias atuais também devem ser disponibilizados para atender os habitantes que residem no espaço rural.

Apesar disso, os serviços sociais básicos e a infraestrutura urbana no meio rural ocorrem, na maioria das vezes, para atender ao escoamento de produção ou aos empreendimentos que ali se localizam, isentando seus moradores tradicionais de serviços básicos. Contudo, a consequência do fornecimento questionável dos serviços básicos nota-se pela piora da qualidade de vida no campo e pelo surgimento de mazelas sociais, tais como: aumento da violência, aumento do desemprego, péssimas condições de saúde, educação, habitação e aumento da pobreza, problemas até então identificados como questões restritas ao urbano.

As questões trabalhistas no campo necessitam de análise aprofundada e medidas assertivas por parte do poder público, sendo que as estimativas apresentadas pelo DIEESE (2014) alertam que, em 2035, os moradores da área urbana situar-se-ão em torno de 98,2%, enquanto os moradores da área rural ficarão em torno dos 11,8 %, de modo que “um campo esvaziado e cidades inchadas podem acarretar problemas difíceis de prever e equacionar” (DIEESE, 2014, p. 05).

De acordo com Golgher & Marques (2006), ser habitante do campo aumenta sua propensão à pobreza, sendo também condicionado ao recebimento de renda menor do que a população urbana. Além disso, verifica-se que a proporção de pobres nas regiões metropolitanas brasileiras era de 22%, enquanto a do meio rural apresentava cifras de 78% nos anos 2000.

Ainda se deve considerar que o número de estabelecimentos agropecuários brasileiros manteve-

se em torno de cinco milhões desde 1985. Contudo, as ocupações rurais sofreram queda vertiginosa nas três categorias que compõem a ocupação do meio rural, sendo elas: agricultores familiares, empregados e empregadores³. Salienta-se também que os trabalhadores assalariados rurais no Brasil estão em situação de trabalho ilegal/informal, sem as devidas proteções trabalhistas (DIEESE, 2014). Ressalta-se que, “No entanto, deve-se observar atentamente tal fato, pois a diminuição da informalidade parece estar mais associada à extinção dos postos de trabalho ou à migração para outros setores do que ao avanço da formalização dos postos existentes” (DIEESE, 2014, p. 14).

Menos da metade dos trabalhadores rurais contribuem com a previdência e menos de 20% estão associados a algum tipo de sindicato⁴. Quanto ao acesso à educação “[...] 39,3% dos trabalhadores não têm nenhum ou têm, no máximo, três anos de estudo, o que soma 1,6 milhão de assalariados em situação de analfabetismo ou com baixíssima escolaridade” (DIEESE, 2014, p. 18). A renda média do trabalhador rural é baixa, e a remuneração pode ocorrer de modo variável. Essa situação é agravada quando se considera que, mesmo com a redução da pobreza no Brasil, dos 16,27 milhões de pessoas em situação de extrema pobreza, 46,27% delas estavam no espaço rural (DIEESE, 2014).

Nesse sentido, é possível afirmar que a

³ Para fortalecer os argumentos aqui apresentados, em consonância com DIEESE (2014), afirma-se que:

A diminuição da ocupação rural é reflexo das mudanças ocorridas no campo, que se caracterizam, entre outros aspectos, pela contínua especialização e mecanização do processo agrícola, com a consequente redução do número de postos de trabalho, uma das expressões mais visíveis da modernização da agricultura. Em 1970, por exemplo, havia pouco mais de 160 mil tratores em operação no meio rural. Em 2013, eram quase 1,2 milhão. Ressalte-se a elevação de desempenho dessas máquinas, o que implica na demanda de uma mão de obra mais qualificada e escolarizada, ao mesmo tempo em que aumenta a produtividade do trabalho⁴. Em 2050, estima-se que o número de tratores possa chegar a 1,7 milhões de unidades (DIEESE, 2014, p. 7).

⁴ “A condição informal do trabalhador naturalmente o distancia do sindicato, fazendo com que fique desprotegido das conquistas, por exemplo, de convenções e/ou acordos coletivos de trabalho” (DIEESE, 2014, p. 17).

legislação e as assistências trabalhistas para o campo ocorrem de modo díspar ou ineficiente em relação ao trabalhador cidadão. Assim, Balsan (2006) analisa que as possibilidades em receber benefícios trabalhistas nos trabalhos urbanos contribuem para atrair o trabalhador rural. Conseqüentemente, fortalecem-se os movimentos de êxodo rural e leva-se à diminuição da população camponesa.

Outra mazela considerada urbana, mas que também se voltou ao espaço rural, juntamente com sua industrialização e a modernização, foram os impactos ambientais. O espaço rural, tido como local possuidor de recursos naturais preservados e puros, agora sofre com: a poluição, os impactos causados aos solos pela contaminação por agrotóxicos, pela erosão, a contaminação dos recursos hídricos, os desmatamentos e, até mesmo, a destruição da biodiversidade genética.

Desse modo, a industrialização do setor agropecuário causou efeitos controversos à urbanização do rural, bem como aos impasses para seu pleno desenvolvimento. O conflito, pois, está posto. Seja por motivos históricos, políticos, ou pela falta de regulação ao acesso, ao uso ou ao direito de propriedade, encerra-se esse tópico, considerando-se que:

Essa modernização, que se fez sem que a estrutura da propriedade rural fosse alterada, teve, no dizer dos economistas, “efeitos perversos”: a propriedade tornou-se mais concentrada, as disparidades de renda aumentaram, o êxodo rural acentuou-se, aumentou a taxa de exploração da força de trabalho nas atividades agrícolas, cresceu a taxa de auto-exploração nas propriedades menores e piorou a qualidade de vida da população trabalhadora do campo (PALMEIRA, 1999, p. 89).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças nas diretrizes econômicas do

Brasil tiveram como intuito inserir o país em um cenário econômico internacional de destaque e, para isso, privilegiaram-se novas medidas para promover a industrialização internamente. Nesse sentido, o campo foi alvo de políticas públicas que visavam à promoção de sua industrialização e, conseqüentemente, tornaram o setor agropecuário um meio para integrar o território nacional, bem como promover o crescimento econômico.

Com isso, considera-se que os investimentos realizados no espaço rural e as políticas voltadas para sua modernização, principalmente as realizadas entre as décadas de 1960 e 1970, alteraram significativamente a configuração do referido espaço, de modo que a urbanização do campo causou externalidades negativas, as quais antes eram comumente associadas ao espaço urbano, mas que passaram a fazer parte de ambos os espaços, estendendo-se até os dias atuais.

Ao serem analisadas as principais políticas adotadas para o setor, foi possível observar que a indústria criou o entrelaçamento do espaço urbano com o rural em busca dos recursos e insumos necessários. A industrialização contribuiu fortemente para a consolidação da terra em mercadoria, dificultando o acesso a ela pelo campesino tradicional; desencadeou a dependência do campo pelos insumos industriais; causou movimentos migratórios, e não absorveu a mão de obra disponível.

Além disso, o esvaziamento do campo foi fortalecido com os estigmas dados à cidade de local das facilidades, benefícios e de emprego. Contudo, o que se viu foi a formação e aumento de periferias não apenas em regiões metropolitanas e cidades grandes, mas também em cidades médias e pequenas. Observou-se também a falta ou a ineficiente disponibilidade de infraestrutura urbana e de serviços básicos à população rural, sendo que a ausência desses serviços promoveu sistematicamente o aumento das mazelas sociais.

Sendo assim, as políticas voltadas para o setor rural não devem apenas visar ao aumento da produção agrícola e aos grandes produtores. Faz-se necessário também pensar no pequeno produtor e na permanência dessa população no campo, em seu acesso à terra, na oferta de equipamentos sociais básicos e na minimização das mazelas sociais. Também se pode melhorar a aplicação dos indicadores sociais para o meio rural, contribuindo-se, positivamente, na visualização das necessidades do campo, e então se adotarem medidas políticas mais assertivas às demandas existentes. Por fim, ressalta-se a importância da realização dos planos diretores, os quais, quando elaborados e revistos, podem conter medidas que considerem os municípios ou distritos rurais do município sede, tendo em vista medidas que diminuam os impactos ambientais, a preservação dos potenciais hídricos e naturais, dentre outras medidas necessárias voltadas ao desenvolvimento territorial dos espaços rurais.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

BALSAN, Rosane. *Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira*. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 1, n. 2, p. 123-151, ago. 2006.

CAIADO, A. **Desconcentração Industrial Regional no Brasil (1985 – 1998): pausa ou retrocesso?** 2002. 123f. Tese (Doutorado em Economia) – Programa de pós graduação em Economia, IE/Unicamp – Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP, 2002.

CANO, Wilson. *Desconcentração Produtiva regional no Brasil 1970-2005*. São Paulo: UNESP, 2008.

DELGADO, Guilherme da Costa. *A questão agrária no Brasil, 1950-2003*. In: JACCOUD, Luciana (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil**

- contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005. p. 51-90. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Cap_2-10.pdf>. Acesso em 23/07/2016.
- DIEESE (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATISTICAS E ESTUDOS SOCIOECONOMICOS). O Mercado de Trabalho Assalariado Rural Brasileiro. São Paulo, 2014, nº74, p.33. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/estudosepesquisas/2014/estpesq74trabalhoRural.pdf>. Acesso em: 23/11/2016.
- FERREIRA, Ângela Duarte Damasceno. Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 18, outubro 2002: 28-46.
- GAFFO, Bethania Cristina. *A Contribuição Cultural de Raymond Williams para uma análise literária*. **Revista Tempo, Espaço, Linguagem**. Irati, v. 03, n. 03, Set-Dez. p. 182-198, 2012.
- GOLGHER, André Braz; MARQUES, Denise Helena França. *A migração urbano/urbano, rural/urbano e rural/rural no Brasil: a busca de padrões e de diferenças – implicações para a pobreza rural*. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP), 15, 2006, Caxambu. Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Minas Gerais: ABEP, p. 23. 2006.
- HESPANHOL, Rosangela Ap. de Medeiros. *Campo e Cidade, Rural e Urbano no Brasil Contemporâneo*. **Mercator**, Fortaleza, v 12, número especial 2. p. 103-112, 2013.
- IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA). Sinopse Preliminar do Senso Demográfico. Rio de Janeiro, 2000. v 07, ISSN 0104-057X.
- KON. Anita. Quatro décadas de planejamento econômico no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**: São Paulo, v. 34, n. 3, p. 49-61, 1994. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v34n3/a05v34n3.pdf>>. Acesso em 23/07/2016.
- MARQUES, Marta Inez Medeiros. *O conceito de espaço rural em questão*. **Terra Livre**, São Paulo, Ano 18, n. 19, jul-dez 2002, p. 95-112.
- PALMEIRA, Moacir. *Modernização, Estado e Questão Agrária*. **Estudos Avançados**. São Paulo, 1999, p. 87-108.
- WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel. *A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades contemporâneas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo*. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, n. 15, 2000, p. 87-146